

Sarmiento, Manuel Jacinto (2009). "O Trabalho Infantil em Portugal – da realidade social ao objecto sociológico" in M. Lisboa (Coord.), *Infância Interrompida. Caracterização das Actividades Desenvolvidas por Crianças e Jovens em Portugal*. Lisboa. Colibri (13-32)

O Trabalho Infantil em Portugal – da realidade social ao objecto sociológico

Manuel Jacinto Sarmiento

(Universidade do Minho)

Introdução

Antes ainda de se constituir como problemática sociológica, o trabalho infantil caracterizou-se, em Portugal, por ser um problema social como assinalável visibilidade e repercussão pública. O nosso país foi apontado como sendo um dos raros países da Europa ocidental onde a realidade da exploração do trabalho infantil tinha lugar no último quartel do século XX. Apesar dessa putativa excepção nacional não ser verdadeira (cf. Dorman, 2001 e OIT, 2006), na realidade os efeitos sociais, políticos e económicos dessa reputação não deixaram de se fazer sentir. Durante anos, Portugal foi o espaço privilegiado para as televisões internacionais filmarem crianças a entrar nas carrinhas que as levavam às fábricas têxteis ou de calçado onde vendiam a sua força de trabalho, ou a fugirem para se esconderem nos estaleiros das obras de construção civil onde desempenhavam funções de ajudantes de trolha ou de pedreiro. Quanto às crianças rurais, trabalhando nos campos, tão pouco o jogo do esconde-esconde sequer era filmado, tão transparente se apresentava a realidade do trabalho agrícola em explorações familiares, normalmente no quadro da agricultura de subsistência. Menos evidência mediática, porém, tinha a realidade, no entanto igualmente dramática, das crianças magrebinas nas colheitas dos campos andaluzes, ou o trabalho dos meninos e meninas turcos e iranianos nos mercados da Alemanha, ou as crianças latino-americanos envolvidos nas safras agrícolas do Texas e da Califórnia, ou ainda as crianças eslavas ou orientais nos circos do Centro e Norte na Europa ou as meninas e meninos da indústria da moda em Milão, Paris ou Londres.

Na verdade, a reputação portuguesa serviu, porventura, para ocultar a realidade de outros países; mas nem por isso a situação das crianças portuguesas deixa(va) de

ser grave. As políticas públicas, por isso mesmo, não puderam deixar de atender a este problema social.

Constituído como tal, o trabalho das crianças foi sobretudo tematizado, no decurso das três últimas décadas, como uma patologia numa sociedade desenvolvida, como uma "chaga", ou, numa versão menos contaminada pela ideologia assistencialista, como um sintoma de uma realidade social desigualitária e excludente.

Não é de estranhar, por consequência, que a noção de "trabalho infantil" tenha sido normalmente apresentada de forma aproblemática, isto é, como um conceito "plano", sem complexidade nem ambiguidade: uma actividade ilegal das crianças, praticada clandestinamente e socialmente condenável. Esta conceptualização é, não obstante, contraditada permanentemente (ainda) por uma opinião pública frequentes vezes orientada para a aceitação do actividade económica das crianças em nome da socialização, contra a "ociosidade", e dos valores educativos do "trabalho". Seja a visão aproblemática do "trabalho infantil" como "mal social", seja a visão conservadora do trabalho das crianças como uma estratégia educativa, o que prevalece na noção de "trabalho infantil" é uma concepção não sociológica deste fenómeno social. A sociologização do conceito de trabalho infantil – isto é, a análise da actividade económica e social das crianças no quadro das relações sociais em que ela ocorre e na relação entre a estrutura e a acção social – constitui-se, por consequência, como uma tarefa de indispensável concretização e urgência.

Uma problematização sociológica do trabalho infantil é muito recente entre nós, razão por que tem pouco eco ainda o debate que no plano académico, político e social se tem realizado em todo o mundo, o qual coloca a questão do trabalho das crianças entre, de um dos lados, as formas mais ignominiosas da exploração na sociedade capitalista e, do outro, a ideia da legitimação do trabalho precisamente como modo de resistência à exclusão a que são votadas algumas camadas populares mais desprotegidas (sobre estas controvérsias e a importante literatura que se lhe associa, cf. Sarmiento 2001 e 2005). Na verdade as crianças trabalham e a questão está em distinguir as formas de trabalho legítimas – por exemplo, o trabalho escolar de aprendizagem, certas formas de ajuda familiar, algumas actividades económicas protegidas e reguladas – de outras formas inaceitáveis, restritivas de direitos e associadas à exploração.

Neste texto tentamos dar conta da transformação do trabalho infantil de problema social em problemática sociológica, assinalando a evolução da literatura produzida no âmbito das ciências sociais (e, excluindo, portanto, as ciências jurídicas, ou os estudos estritamente económicos, ou ainda os textos programáticos, políticos ou

ensaísticos produzidos a propósito do fenómeno em causa) nos últimos anos em Portugal.

As dimensões sociais, económicas e culturais do trabalho infantil

A abordagem sociológica do trabalho infantil em Portugal tem sido sobretudo realizada no quadro da realidade social portuguesa e em conexão com outras problemáticas adjacentes. São por isso raras as abordagens que se centram especificamente nas dimensões sociais, económicas e culturais do trabalho infantil, como fenómeno social específico. Não obstante, algumas investigações, sobretudo estudos de caso, têm emergido a partir da última década, centrados nas práticas sociais reveladoras das formas como as estruturas sociais induzem e são reconstituídas no trabalho das crianças. Mas as abordagens genéricas do fenómeno não estão ausentes em muitos dos estudos que se centram nos fenómenos sociais de indução ao trabalho e na sua relação com o mundo da educação formal e informal. Em especial, as formações sociais no espaço rural constituíram objecto privilegiado destas abordagens.

Alguns estudos sociológicos dos anos 80 (Pinto, 1985 e Almeida, 1999) tematizaram as relações entre educação e trabalho no meio rural, sublinhando o papel da escola rural como espaço de transição para a condição proletária dos filhos dos trabalhadores rurais ou dos camponeses pobres. A escola rural, na medida em que leva a cultura urbana ao campo e em que cria um conjunto de aspirações de mobilidade social, inculca junto das crianças as bases culturais e o “*habitus*” indispensável à criação da relação salarial, sendo, por consequência, o aparelho de Estado indutor da modernização capitalista nos campos. Outros estudos sublinham as estratégias de reprodução económica das famílias camponesas a partir da socialização precoce das crianças no mundo do trabalho rural (Silva, 1994; Ribeiro, 1997; Silva, 1998; Wall, 1998).

Algumas investigações centram-se na temática do choque cultural, através do questionamento sobre o que acontece verdadeiramente no confronto dos saberes, entre, por um lado, a cultura dominante, a ciência normal e a instituição escolar e, por outro lado, os saberes orais e práticos das crianças do campo, construídos no mundo do trabalho. Este confronto constitui o objecto de um conjunto de estudos e de investigações muito interessante em Antropologia (e.g., Iturra, 1990; Frazão-Moreira, 2000) em torno da tese, expressa pelo primeiro dos autores referidos, de que as crianças do campo “procuram realidade” na escola, sendo-lhes, em alternativa “oferecida a fantasia” de uma cultura distante dos contextos, dos

valores, das referências do seu quotidiano, nomeadamente marcado pelo trabalho.

Numa das obras de referência, a este nível, S. Stoer e H. Araújo (1992) interpretam a educação em meio rural como uma aprendizagem para o trabalho, através da criação de dispositivos formais e sobretudo informais de dualização dos percursos de escolaridade. De facto, criam-se carreiras escolares distintas, levando ao trabalho precoce os que “insuadem” nas aprendizagens e promovendo a selecção meritocrática de um pequeno grupo de filhos dos camponeses, promovidos à continuidade dos estudos e ao ingresso em profissões de mais elevado *status* social. Numa outra perspectiva, algumas outras investigações promovem a análise do confronto entre práticas educativas e de trabalho que procuram reabilitar a escola como espaço de trabalho das crianças em meio rural – ampliando deste modo a noção de “trabalho” para actividades sociais não directamente produtivas (Amiguiño, 2004; Sarmiento e Marques, 2005; Silva, 2007)).

Outras abordagens tematizam também as relações entre trabalho das crianças e indução no mundo das actividades económicas, para além do mundo rural. É o caso do estudo de J. Azevedo (1999) sobre as dinâmicas de inserção no trabalho de crianças e jovens. Num estudo sobre educação e trabalho que utiliza as bases de dados do Sistema de Informação Estatística sobre o Trabalho Infantil (SIETI), Lopes e Goulart (2005) encontram uma forte correlação entre baixos salários e o trabalho infantil, com importante persistência intergeracional do fenómeno, associado a uma baixa escolarização e a uma descrença da escolaridade prolongada como estratégia de mobilidade social ascendente. As variáveis da procura do trabalho infantil explicam as fortes assimetrias regionais do fenómeno, estando relacionadas com a forma de propriedade e a estrutura da actividade económica (com saliência para a economia informal, o emprego precário e a economia rural de base familiar).

Uma abordagem de maior fôlego foi realizada por uma equipa da SOCINOVA, coordenada por M. Lisboa (2008) e orientada para a caracterização das actividades realizadas por crianças e jovens, compreendendo actividades laborais, de lazer e escolares. O estudo nacional teve por amostra a quase totalidade das crianças e jovens inscritas em 2006/07 nos cursos PIEF e uma amostra de controlo equivalente de crianças e jovens inscritos nos mesmos estabelecimentos de ensino dos precedentes. Todas as crianças foram entrevistadas individualmente, sendo utilizado um guião estruturado para a entrevista, com recurso a PDA. Os dados obtidos (em publicação) constituem seguramente uma fonte fundamental de conhecimento sobre as práticas sociais das crianças e jovens portuguesas,

nomeadamente aqueles que foram sinalizados como tendo exercido ou estando em situação potencial de exercício de trabalho infantil.

P. Monteiro (2004), por seu turno, realizou um estudo assente num inquérito por questionário a trabalhadores entre os 25 e 34 anos de idade que iniciaram a sua vida profissional antes dos 16 anos, no qual conclui que a inserção precoce no mercado de trabalho está positivamente correlacionado com o acesso a empregos piores remunerados e de reduzida satisfação pessoal e profissional. A inserção precoce resulta de condições familiares de vida caracterizadas pela precariedade e a pobreza. A inscrição de uma condição subalterna perante o trabalho é agravada pelo acesso reduzido (nomeadamente a partir das empresas empregadoras) a formação profissional complementar ou contínua, resultando daí reduzidas perspectivas de evolução na carreira profissional.

Mas, mais do que qualquer outro aspecto, é a quantificação do trabalho infantil que tem merecido maior interesse investigativo.

A quantificação do trabalho infantil

A quantificação do trabalho infantil em Portugal emergiu como uma questão relevante nos anos 80 pela extrema disparidade dos números que foram sendo publicamente apresentados. A polémica terá sido desencadeada por S. Williams (1992), autora de um relatório, publicado em nome da ONG Anti-Slavery International, que apontava para a existência de 200.000 crianças trabalhadoras em Portugal, até aos 14 anos. Este número, assumido num relatório conjunto do Instituto de Apoio à Criança da Confederação Nacional Contra o Trabalho Infantil e o (IAC/CNASTI, 1996), foi divulgado internacionalmente e largamente mediatizado. No entanto, as estatísticas oficiais não o confirmaram. Iniciou-se aqui o que foi designado por "querela dos números".

Segundo dados oficiais, em 1989 foram contabilizados 11.486 trabalhadores com menos de 18 anos nos sectores têxtil, do vestuário e do calçado. Em 1991, um estudo do ILO estimou que existiam em Portugal 63.000 empregados entre os 12-14 anos (Eaton e Pereira da Silva, 1998). Mas estes valores foram actualizados por novas investigações. A Inspeção-Geral do Trabalho apontava, nesse mesmo ano (1998), para 40.000 trabalhadores entre os 12 e os 14 anos e para 160.000 crianças mais velhas trabalhando com base legal. Foi calculada, também, a percentagem de crianças entre os 15-19 anos de idade inseridas em trabalho remunerado, no ano de 1998, em diferentes países, de forma a estabelecer-se um padrão comparativo. Assim, a título de exemplo, a Holanda é quem apresenta o

valor mais elevado, tendo, naquele ano, pelo menos 49.3% das crianças a trabalhar. Portugal apresentava o valor de 22.6% de crianças, nesse grupo etário, que recordamos, está tecnicamente fora da noção jurídica de "trabalho infantil." (aplicável a menores de 16 anos). Encontramos, em síntese, na década de 90 uma disparidade numérica que, nos seus limites, é da ordem de 1 para 20.

A querela dos números acabou por estar na base dos trabalhos do grupo constituído no âmbito do Ministério do Trabalho e e da Solidariedade, designado por Sistema de Informação Estatística sobre o Trabalho Infantil (SIETI). Este grupo realizou, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) dois inquéritos muito abrangentes, nos anos de 1998 e 2001 (Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000, e Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 2003).

Os dois inquéritos foram aplicados a agregados familiares com menores em idade escolar, em amostras representativas da população nacional, totalizando cerca de 25.000 agregados familiares inquiridos, numa semana de referência, em cada um dos anos do inquérito. Foram inquiridos, simultaneamente, os menores e um adulto responsável, por família, de forma a apurar a convergência ou divergência dos valores obtidos. Assim, quanto à investigação de 1998, tendo em conta a opinião dos menores, 4% das crianças portuguesas entre os 7 e os 15 anos (43.213) exercem actividade económica, mas se tivermos em atenção a opinião dos adultos, apenas 1,7% (18.808) exerce essa mesma actividade.

No que concerne às principais conclusões extraídas do primeiro estudo, podemos retirar as seguintes: dos menores que exercem uma actividade económica, 79,1% (34.225) fazem-no na empresa ou exploração agrícola familiar e 20,9% (8.988) como trabalhadores por conta de outrem. Sendo a agricultura o sector que ocupa mais crianças e jovens no nosso País, 26,4% trabalham durante sete dias da semana, aparecendo o Sábado como o dia com mais trabalho infantil.

O fenómeno do trabalho infantil tem uma extensão relativamente elevada nas Regiões Norte e Centro e mais fraca no resto do País, mostrando-se ainda mais evidente no Norte, devido à existência de mais trabalho agrícola.

Tendo ainda em consideração a distinção entre os sexos, concluiu-se que a maior parte das crianças que trabalham são do sexo masculino (66% dos casos), mas as raparigas estão em maioria (71,2%), quando se observa o trabalho doméstico.

Os dados extraídos do segundo inquérito não diferem muito do anterior, mas pode constatar-se que houve um ligeiro acréscimo de 0,2% no trabalho infantil, de 1998 para 2001, diminuindo, porém, o número dos trabalhadores por conta de outrem, o que é o dado mais significativo e importante. Curiosamente, no segundo inquérito,

os números totais declarados pelas crianças e pelos adultos responsáveis são praticamente convergentes (48.914 crianças trabalhadoras, declaradas pelas próprias e 48.103 declaradas pelos pais ou adultos responsáveis).

Diminuíram os cuidados das crianças com as actividades domésticas, aumentando, no entanto, o exercício de actividades económicas de ajuda familiar: no ano da realização do primeiro inquérito 43.213 menores declaravam realizar uma actividade económica, sendo que 34.225 eram trabalhadores familiares não remunerados (TFNR) e 8.988 eram trabalhadores por conta de outrem (TCO); esse valor aumentou em 2001 para 48.914, entre os quais 41.713 eram TFNR e 7.200 faziam parte da outra categoria.

São os mais velhos (15 anos) que maioritariamente efectuam qualquer tipo de actividade remunerada, diminuindo significativamente este valor de 35,3% (1998) para 27,2% (2001). Outro dado relevante é o número de horas de trabalho diário. Ainda que a maioria dos menores apenas realize tarefas entre a 1 e as 3 horas diárias (43,3%), há uma percentagem elevada de crianças (22,7%) que trabalham entre as 4 e as 6 horas diárias. Contudo, verifica-se, mais uma vez, uma diminuição dos valores entre os dois anos de referência.

O IPEC (International Programme on the Elimination of Child Labour), programa institucional da Organização Internacional de Trabalho (OIT) para o trabalho infantil é uma entidade internacional importante no diagnóstico e intervenção face ao trabalho infantil. Dado que alguns dos seus estudos referem Portugal, é útil uma abordagem de alguns deles, mesmo se, na realidade, não se trata de estudos portugueses.

Em Janeiro de 2001, uma investigação intitulada "*Trabalho Infantil nas Economias Desenvolvidas*", realizada por Peter Dorman, começa por nos dizer que, "apesar do trabalho infantil como problema social ter surgido na revolução industrial, as crianças desde sempre trabalharam" (2001: 3). O autor apresenta várias razões para que as famílias permitam que os seus filhos trabalhem, e resume-as nas seguintes: a pobreza; a cultura; socialização; um custo de oportunidade mais baixo e exploração dos progenitores ou responsáveis pelo menor.

Outro estudo, realizado pelo IPEC em Dezembro de 2003, intitulado *Investindo em Cada Criança: Um Estudo Económico dos Custos e dos Benefícios de Eliminar o Trabalho Infantil*, pretende estimar os ganhos económicos resultantes da eliminação do prejudicial trabalho infantil, e de sua substituição pela educação. As variáveis consideradas são: oferta de educação; transferências de rendimento; intervenções não escolares. Este relatório fornece uma visão abrangente em termos económicos, culturais, sociais e políticos relativamente à eliminação do trabalho

infantil em alguns Países do Mundo, e em várias Regiões e Continentes, em particular. É nesse quadro, também, que importa considerar a dimensão e as especificidades das características do trabalho infantil em Portugal, um pouco a meio caminho entre os países centrais e os países periféricos (ainda que não partilhe com estes nem os indicadores, nem mesmo a tipologia dos problemas detectados).

Estudos de caso

A estratégia metodológica dos estudos de caso tem sido de grande importância na investigação sociológica do fenómeno do trabalho infantil. Sobre diferentes regiões do país têm-se vindo a realizar estudos que estabelecem a relação do fenómeno com a realidade social onde se insere.

Ainda que se tenha a consciência da impossibilidade de relatar todas as investigações produzidas (sobretudo, porque muitas não estão publicadas) referenciaremos as principais, seguindo um critério geográfico de Norte para o Sul e para o Atlântico.

No Vale do Ave, região caracterizada pelo predomínio da pequena e por vezes muito pequena indústria, com relações de trabalho parcialmente caracterizadas pela informalidade e precariedade, realizaram-se vários estudos, que passamos a referenciar.

Sarmiento *et al.* (1997) e Meira *et al.* (1997) apresentam um estudo de caso com crianças da região do Vale do Ave com experiência de trabalho infantil e inseridos num programa de educação/formação. O estudo assenta em entrevistas biográficas, dando conta dos processos de ruptura com a escola, de acesso ao trabalho remunerado e de constituição de trajectórias de vida das crianças. A análise dos factores sociais associados à inserção precoce no mercado de trabalho – desigualdade social, processos de socialização, estrutura económica assente na exploração intensiva de força de trabalho de baixo custo e reduzidas qualificações – é compaginada com as representações e perspectivas individuais das crianças, definidores de percursos singulares, ainda que socialmente marcados por (reduzidas) oportunidades e constrangimentos.

Num estudo de maior fôlego, Sarmiento, Bandeira e Dores (2000) centraram a sua análise no trabalho domiciliário infantil. Este estudo de caso envolveu as crianças em idade escolar de três freguesias do Vale do Ave. Foram realizadas entrevistas informais às crianças e preenchidos diários pelas mesmas através do uso da escrita e do desenho, com o objectivo de apurar informação sobre o quotidiano das

crianças: constituição familiar, actividades realizadas em casa e na escola, tempos livres, expectativas, etc. A combinação entre as entrevistas e os diários permitiu direccionar as questões da investigação, captar a voz das crianças e conhecer globalmente a situação de casos concretos. Como resultado da investigação, avulta a ideia de que a precariedade económica leva à acumulação de trabalho dentro da unidade familiar, o qual é repartido com as crianças (coser, colar, colocar cordões em sapatos, dobrar e fazer meias; cortar toalhas/ panos/ meias/ sapatos/ etiquetas/ fitas/ sacos, ...). Este fenómeno ocorre em cerca de 15% das crianças. Em associação ou não com o trabalho domiciliário, a maioria das crianças realiza tarefas domésticas: lavar a loiça, varrer, limpar o pó, destacando-se a actividade agrícola. Ainda que os resultados escolares das crianças que mais trabalham sejam desiguais e diferenciados, é ao nível das aspirações sociais que se encontra uma maior homogeneidade dos resultados: as crianças com maior carga de trabalho para além da escola são aquelas que têm aspirações sociais mais baixas e uma visão desencantada (realista?) sobre o futuro profissional.

Um outro estudo, conduzido por uma protagonista do combate à exploração do trabalho infantil, fundadora e primeira presidente da CNASTI, Deolinda Machado, assenta num estudo comparativo de casos, com a realização de entrevistas a crianças que frequentam escolas no Vale do Ave, de nível social diferenciados, tendo concluído que as condições sociais de partida induzem a situações efectivas de trabalho infantil, mas elas são modeladas pela escola na construção de expectativas sociais mais ou menos favoráveis a uma escolaridade prolongada (Machado, 2004).

Num estudo realizado no Vale do Cavado, Sarmiento, Silva e Costa (2000^a e b; 2001 e 2002), com entrevistas a crianças a frequentar a escola primária na região oleira de Barcelos, procurou-se estudar a relação entre a actividade das crianças e o artesanato tradicional. Também aqui se encontrou trabalho domiciliário infantil, assistindo-se à convergência do espaço doméstico com o espaço de produção, o que torna mais difícil a sua descoberta e consequente eliminação. As crianças (numa percentagem elevada: 35%), depois de voltarem da escola têm algumas tarefas (pintar, construir os próprios galos de Barcelos, entre outras nas quais se incluem actividades têxteis) à sua espera. As crianças, em vez de verem isso como algo penoso, atribuem-lhe significados positivos, o trabalho tende a ser encarado como uma forma de moldar a identidade pessoal com responsabilidade e envolvimento no bem-estar familiar. O espaço de lazer tende a fundir-se com o espaço de trabalho.

Um outro estudo de caso (Silva, 2000) centra-se na análise económica e social de trabalho infantil no Vale do Sousa, A região do Vale do Sousa é caracterizada por situações clandestinas de trabalho das crianças, e tal como a região do Vale do Ave, associa uma indústria manufactureira assente predominantemente em mão de obra pouco qualificada a uma agricultura de base familiar. As condições de emprego caracterizam-se pela precariedade envolvendo trabalhadores informais (sobretudo mulheres e crianças) na agricultura, em empresas e no domicílio. No estudo são caracterizados os factores interligados do trabalho infantil, nos domínios da educação, cultural, familiar, económico, organizacional e social na região.

Noutra região do país, tal como a anterior com forte incidência da indústria do calçado, a investigação de S. Fernandes (2007) debruça-se sobre as práticas dos jovens de S. João da Madeira que abandonaram precocemente a escola. Metodologicamente, sustenta-se na análise de processos por abandono das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e em entrevistas aos jovens, encontrando uma articulação tensa e complexa entre a indução de formas de trabalho pela oferta local da indústria manufactureira e as práticas educativas que conduzem à ruptura entre o aluno e a escola, culminando no abandono escolar e sinalizando situações predominantes de precarização das relações de inserção no trabalho e na sociedade.

Um estudo de caso realizado no Algarve (Invernizzi, 2004 e 2005; Invernizzi e Tomé, 2004), através de entrevistas a crianças e famílias, detectou um número muito significativo de crianças envolvidas em actividades sazonais (13,9% das crianças com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos). O trabalho é realizado por crianças na região sul de Portugal no quadro de estratégias familiares de inserção no mercado de trabalho das novas gerações e, sobretudo, de ajuda familiar em actividades laborais. A análise qualitativa das entrevistas permite, por outro lado, visibilizar diferentes formas de valorização do trabalho, frequentemente em ruptura com o discurso disseminado pelas agências políticas e de intervenção social, sendo o trabalho valorizado pelas crianças; do mesmo modo, as crianças afirmam a existência de formas de exploração e abuso que se centram especialmente no não pagamento ou na falta de orientação no trabalho.

Noutra pesquisa (Rocha, Tomás e Lima, 2001; Rocha *et al.* 2005), realizada na Região Autónoma dos Açores, faz-se uma abordagem não apenas tendo em vista as vivências dos menores e as suas características, mas também dos agregados familiares em que estão inseridos nas suas mais diversas particularidades. Descrevem-se os agregados familiares (dimensão, nível de rendimento, condições de habitabilidade, escolaridade, apoio social) considerando as características da

população (idade, sexo, estado civil, escolaridade, trabalho e profissão), a situação dos menores (educação e escola, tempos livres e trabalho) e, por último, as desigualdades existentes, sobretudo mais patentes entre o género e a idade (dimensão e rendimento da família, capital escolar, apoio social e habitabilidade). As realidades insulares não são, no essencial, distintas do que outros estudos apuraram para a realidade continental.

Trabalho infantil artístico

Além dos estudos de caso, estudos temáticos têm-se ocupado de formas específicas de trabalho das crianças. É o caso do trabalho infantil nas actividades artísticas, nos espectáculos, na moda e no desporto profissional.

Um estudo de âmbito nacional foi realizado por I. Pereira (2004), através de um inquérito por questionário feito a 152 crianças, entre os 6 e os 17 anos, habitualmente envolvidas na indústria do espectáculo, da moda e da publicidade. A autora destaca a ampla variedade de actividades desenvolvidas, com incidência nas actividades da moda, publicidade e televisão, sendo de destacar o nível médio-elevado económico e instrucional das famílias (com excepção das crianças do circo). A ligação familiar (paterna, materna ou fraterna) às actividades artísticas aparece com frequência como elemento indutor da actividade. Sendo ocasionais (ainda que frequentemente repetidas) as actividades exercidas por crianças caracterizam-se por uma grande intensidade. A participação das crianças nessas actividades é diferenciadamente apreciada por elas, ainda que uma larga maioria saliente gostar do que faz e valorizar as aprendizagens e a construção de laços sociais nesta actividade.

A partir de entrevistas a crianças, pais e técnicos de agências de espectáculos, A. Melro (2007) desenvolve um estudo centrado na análise dos quotidianos, das representações e das expectativas e aspirações das crianças envolvidas nos *castings* da indústria do espectáculo e da moda, nos circos e na actividade desportiva federada, sublinhando o papel indutor das expectativas parentais nas actividades infantis e a difícil compatibilização das actividades realizadas com a escolarização e o usufruto de tempos livres pelas crianças.

O trabalho infantil em Meio rural

Mas é certamente no domínio da actividade infantil em meio rural que mais alargadamente se têm vindo a produzir estudos temáticos, não apenas decorrentes da tradição de abordagem das formas de socialização infantil nas actividades

laborais agrícolas em contexto familiar, mas porque, de facto, tudo aponta para que a maior concentração de trabalho das crianças se realize neste contexto.

Neste âmbito, G. A. Pinto (1998; 2003) tem vindo a conduzir uma investigação relevante para a compreensão do fenómeno do trabalho infantil nas zonas rurais. A autora analisa as estratégias da inserção das crianças no trabalho agrícola na construção de laços sociais e socialização. A partir de uma retrospectiva histórica, combinada com análise de práticas e discursos, são analisadas as relações entre trabalho, escolarização e lazer. Metodologicamente o primeiro estudo define-se como sendo descritivo intensivo, utilizando técnicas de investigação como as entrevistas, a observação directa e os registos de orçamento-tempo, e realizou-se na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro; o segundo estudo assentou na análise de entrevistas realizadas a 489 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos e a 92 professores, do Norte e Centro do país. Os resultados mais relevantes apontam para que as crianças ocupam um lugar muito importante no ciclo produtivo da vida económica familiar, representando o seu trabalho uma contribuição indispensável para a sobrevivência/resistência de muitas explorações agrícolas locais; por vezes, a participação infantil ocorre em esquemas de permuta de trabalho entre vizinhos e parentes; outras vezes, as famílias mais desprovidas de terras encontram para os jovens actividades remuneradas fora da agricultura. O trabalho infantil é visto pelas crianças e adultos, em simultâneo, como uma participação no processo produtivo e uma incorporação de saberes, modos de agir e regras da vida social. Geram-se estratégias de transmissão dos saberes do trabalho, marcadas por relações intra e intergeracionais e caracterizadas por diferenças entre géneros e subgrupos de idade. As crianças rurais, em conformidade, deparam com uma ruptura entre as aprendizagens escolares (escrita, leitura, ...) e as suas experiências laborais, o que é promotor do insucesso escolar.

A autora salienta 4 formas de socializar as crianças para o trabalho: o *estruturado* que alia uma forte aposta na escola a um elevado envolvimento no trabalho familiar; o *tradicional* que se distingue pelo domínio das actividades laborais no tempo extra-escolar; o *urbanizado* caracterizado pela centralidade das actividades escolares e o *permissivo* que combina um baixo envolvimento no trabalho com um fraco investimento na escola. Os estilos dominantes são o urbanizado e permissivo e minoritários o estilo estruturado e tradicional.

A intervenção

A intervenção social contra o trabalho infantil tem sido igualmente realizada, especialmente em articulação com a acção do PEETI.

Neste domínio, o estudo de avaliação realizado por Sarmiento, Tomás, Melro e Fernandes (2005) procede a um levantamento das bases jurídicas da acção do PEETI, analisa os relatórios anualmente produzidos pelo programa e confronta os seus resultados com elementos estatísticos provenientes de fontes oficiais que sinalizam o abandono escolar e o ingresso precoce no mundo do trabalho. Estes dados são analisados à luz dos depoimentos prestados por informantes-chave, onde se incluem decisores políticos e administrativos, parceiros sociais, técnicos e crianças com experiência de trabalho. O Relatório propõe algumas orientações para a intervenção, nomeadamente no âmbito da inclusão das medidas específicas contra a exploração do trabalho infantil no quadro de políticas integradas da infância e da perspectiva holística de intervenção social. Entre as conclusões mais relevantes, avulta a ideia de que o trabalho infantil é um fenómeno social persistente, com raízes na estrutura sócio-económica da sociedade, que se sustenta simbolicamente de uma cultura favorável à utilização do trabalho de menores, associado normalmente às esferas informais da actividade económica e com uma causalidade multifactorial. Nessa conformidade, o trabalho infantil deve ser analisado tendo em conta as múltiplas relações em que ele se insere e as suas determinações sociais, nomeadamente, o modelo económico de desenvolvimento, as concepções dominantes e o estatuto social atribuído às crianças, como grupo geracional específico, o desempenho das políticas sociais e a sua incidência nas situações de exclusão social. Com efeito, a exploração do trabalho infantil associa-se quase sempre à exclusão social e em especial à pobreza dos agregados familiares (a excepção é constituída, em geral, pelas actividades na indústria dos espectáculos, da moda, da publicidade e do desporto profissional). Isto implica que o combate ao trabalho infantil se integre, em simultâneo, na vertente da luta contra a pobreza e no esforço pela promoção efectiva dos direitos da criança e pela inclusão social.

O relatório referido conclui ainda que os indicadores disponíveis sobre trabalho infantil em Portugal mostram que este tem vindo a diminuir de forma muito marcante. Para tanto, contribuiu o PEETI, cuja criação significou o reconhecimento pelo Estado da necessidade de uma intervenção específica, correspondendo a um significativo salto em frente, nomeadamente por efeito da qualificação dos seus recursos, pela flexibilidade e agilidade organizacional, pela capacidade de mobilização colectiva demonstrada, pela inovação metodológica no processo de sinalização, intervenção e diagnóstico que conduz e ainda pela capacidade da

medida que criou, o PIEF, para reconstituir o projecto de vida das crianças exploradas.

Não obstante, há uma desproporção significativa entre o número de crianças que abandonam a escola antes dos 16 anos de idade, a sinalização pelo PEETI e a intervenção: a relação entre o número de crianças objecto de intervenção e as que abandonaram a escola antes de perfazerem a idade legal de ingresso no trabalho é de 1 para 16, e entre as mesmas e as crianças sinalizadas é de 1 para 3. A desproporção ainda se torna mais gritante se considerarmos os números apurados sobre incidência do trabalho infantil em Portugal, sendo de 1 para 43.

Sendo salientada a medida PIEF no Relatório, esta constitui, com efeito, um aspecto central da intervenção. Não espanta, portanto, que sobre essa medida tenham sido realizados estudos, quer numa vertente curricular e pedagógica, no âmbito da avaliação nacional realizada (Roldão, 2007), seja em estudos de caso sobre contextos concretos de realização da medida PIEF.

Inclui-se neste âmbito o estudo de caso múltiplo realizado por A. Pereira (2007), na região de Lisboa, sobre a implementação e desenvolvimento dos PIEF, sendo reconhecido o efeito de reconstituição dos projectos escolares e de vida das crianças e jovens envolvidos, nomeadamente por efeito conjugado da adaptação e diferenciação curricular, da constituição multidisciplinar das equipas envolvidas, os reforços sociais e o apoio aos alunos e ainda a focalização nas características, competências e aptidões dos alunos. Os efeitos segregadores, decorrentes da via diferenciada de educação, que estes cursos potenciam, podem ser atenuados por um trabalho de construção de laços sociais inclusivos que refaçam a relação com a aprendizagem e com o mundo das profissões. Como questão estratégica ressalta a formação dos professores para os cursos PIEF.

Também I. Gordo (2005) realiza um estudo assente em entrevistas às crianças envolvidas, na região de Leiria. Este estudo, tal como o anterior, assinalam os cursos PIEF se caracterizam por um aumento da motivação das crianças para a aprendizagem, sendo salientado de modo enfático nos seus depoimentos a diferença que experimentam na frequência dos cursos de educação-formação face à experiência escolar normalmente insucessida na escolaridade regular. Os aspectos informais, interaccionais e emocionais são também sublinhados, bem como as bolsas de formação, como condições de correcção de itinerários de risco – nomeadamente no âmbito das chamadas “piores formas de trabalho infantil – com vista à inclusão educativa e social.

Conclusão

A informação disponível em Portugal sobre trabalho infantil, quer qualitativa, quer quantitativa, cresceu muito acentuadamente na última década. Sabemos hoje mais sobre o fenómeno do que nunca e não são mais possíveis as estimativas de natureza especulativa, por evidência da sua falta de bases científicas. Não obstante, há vários aspectos do fenómeno social que são ainda desconhecidos e exigem mais aprofundado conhecimento.

O conhecimento estatístico disponível permite caracterizar o trabalho infantil em Portugal, de forma consistente, em vários aspectos: dimensão; variação regional; categorias sociais como o género, o subgrupo etário e a origem social das crianças trabalhadores; as formas que assume; tipo de actividade; relações do trabalho com a escolaridade e com os quotidianos das crianças, etc. No entanto, a actualização periódica destes indicadores revela-se imprescindível.

Pela sua particular dificuldade, não existem valores fiáveis sobre as “piores formas de trabalho infantil” e desconhece-se quase tudo sobre as características desta forma de exploração de crianças em Portugal.

Para além das piores formas do trabalho infantil, não há estudos que permitem uma compreensão global de fenómenos e situações como a incidência da exploração de menores considerando as minorias étnicas e populações migrantes; as relações entre os ciclos económicos e a exploração de crianças; a relação entre actividades sazonais (agrícolas, industriais e nos serviços – turismo) e exploração de crianças.

Os estudos realizados, provenientes ou articulados, na sua maioria (especialmente nos estudos de caso, que constituem, como assinalámos uma componente muito significativa da produção científica realizada), com a intervenção social ou educacional, contém uma densidade informativa que estudos meramente estatísticos não poderiam restituir. Neles se revela uma articulação não linear, antes complexa, entre factores estruturais indutores do trabalho das crianças (nomeadamente relacionados com as desigualdades sociais, a exclusão social e a pobreza) erráticas e representações dos actores sociais, prefiguradores de trajectos singulares. Esta articulação tem constituído um desafio a instrumentação metodológica que põe em acção a imaginação sociológica necessária para dar conta da acção social na sua multiformidade. Mas sobretudo, muita da investigação produzida, ainda que frequentemente apenas exploratória, exprime um sentido que há que desenvolver e aprofundar: o de colocar o conhecimento ao serviço da acção transformadora da sociedade. Esse sentido é o que permite fazer transformar - depois de perspectivado o problema social do trabalho infantil numa problemática

sociológica - o conhecimento sociológico em acção social transformadora ao serviço dos direitos sociais das crianças.

Referências

- Almeida, João Ferreira (1999). *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. 2ª Edição. Oeiras. Celta Editora
- Amiguiño, Abílio José Maroto (2004), *A Escola e o Futuro do Mundo Rural*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Lisboa. Universidade de Lisboa.
- Azevedo, Joaquim (1999). *Inserção Precoce de Jovens no Mercado de Trabalho*. Lisboa. PEETI.
- Dorman, Peter (2001). *Child labour in the Developed Economies*. Geneva: ILO/IPEC.
- Eaton, Martin e Silva, Carlos Pereira da (1998). Portuguese Child Labour. Manufacturing for change or continuing exploitation in the textiles industry?. *Childhood*, vol.5(3): 325-343.
- Fernandes, Sílvia Maria Vieira (2007), "Ando por Aí". *Trajectórias Excludentes dos Jovens que abandonam precocemente a escola*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Inserção Social. Porto. Faculdade de Economia.
- Frazão-Moreira, Amélia (2000). Saberes e Aprendizagens das crianças em meio rural. In Vários, *Os Mundos Sociais e Culturais da Infância*, Braga, Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, (Vol. III: 261-266)
- Gordo, Idalina de Oliveira Rito (2005). "Abandono e Reinserção no Ensino básico no concelho de Leiria: A voz dos protagonistas." Dissertação de Mestrado em Educação. Lisboa. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- IAC/CNASTI (1996). O trabalho Infantil em Portugal: Relatório do grupo de trabalho coordenado pelo IAC e pela CNASTi. Lisboa. Instituto de Apoio à Criança
- Invernizzi, Antonella (2004). Perspectives on children's work in the Algarve (Portugal) and their implication for social policy. *Critical Social Policy*, 25(2).
- Invernizzi, Antonella (2005). The children's work in southern Portugal: na exploration of children's motivations, family interdependence and views on socialisation. (polic.)
- Invernizzi, Antonella e Tomé, Sónia (2004). O Trabalho dos adolescentes no Algarve: um estudo sobre as suas motivações, organização familiar e práticas de socialização. (polic.)
- Iturra, Raul (1990). *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra. Ensaios de Antropologia Social sobre o Insucesso Escolar*. Lisboa. Escher.
- Lisboa, Manuel (Coord.) (2008). *Caracterização das Actividades Desenvolvidas Pelas Crianças e Jovens em Portugal*. Lisboa. SOCINOVA/PETI
- Lopes, Margarida Chagas & Goulart, Pedro (2005). *Educação e Trabalho infantil em Portugal*. Lisboa. ministério do Trabalho e da solidariedade Social- SIETI
- Machado, Deolinda (2004). *O Trabalho da Criança é Pouco, mas Quem o Perde é Louco: Contributos para um Melhor Conhecimento do Trabalho Infantil enquanto Estratégia de Inclusão Social de Curto Prazo e as suas Implicações na*

Escolarização. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Lisboa. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Meira, Eduardo; Costa, Ana Margarida; Ramos, Altina; Neiva, Olívia; Sarmento, Manuel Jacinto (1997). "Educação Básica de Jovens Excluídos: um caminho e as suas encruzilhadas". In A. Estrela et al. (Org.), *Contributos da Investigação Científica para a Qualidade do Ensino*. Actas do III Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. (I Vol.: 61-77). Porto. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Melro, Ana Luísa Melro (2007). *Actividades de crianças e jovens no espectáculo e no desporto: a infância na indústria do entretenimento na contemporaneidade*. Braga. Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Infância.

Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003). *Trabalho Infantil em Portugal 2001. Caracterização Social dos Agregados Familiares Portugueses com Menores em Idade Escolar*. Lisboa: MSST/SIETI.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000). *Trabalho Infantil em Portugal. Caracterização Social dos Menores em Idade Escolar e suas Famílias*. Lisboa: MTS/PEETI.

Monteiro, Paula (2004). *Inserção Precoce no Mercado de Trabalho. Um Estudo de Casos*. Lisboa. Ministério da Segurança Social e do Trabalho-SIETI.

OIT (2006). *O Fim do Trabalho Infantil: Um Objectivo ao nosso alcance*. Genebra. ILO

Pereira, Albertina (2007). *PIEF, Um Programa de Educação e Formação*. Lisboa. PET/Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Pereira, Inês (2004). *Caracterização das Actividades dos Menores em Espectáculos, Moda e Publicidade*. Lisboa. Ministério da Segurança Social e do Trabalho-SIETI.

Pinto, Graça Alves (1998). *O Trabalho das Crianças. De Pequenino é que se Torce o Pepino (e o Destino)*. Oeiras: Celta Editora.

Pinto, Graça Alves (2003), *O Trabalho e a Escola no Quotidiano das Crianças dos Meios Rurais*. Lisboa: Ministério da Segurança Social e do Trabalho. PEETI

Pinto, José Madureira (1985). *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*. Porto. Afrontamento

Ribeiro, Manuela (1997). *Estratégias de Reprodução Socioeconómica das Unidades Familiares Camponesas, em Regiões de Montanha. (Barroso, 1940-1990). Um Estudo de Sociologia em que as Mulheres também Contam*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.

Rocha, Gilberta; Santos, Amélia, Tomás, Licínio; Santos, M^a Rita; Rodrigues, Nuno (2005). *Entre Margens: Percursos para uma Vida Activa*. Ponta Delgada. Região Autónoma dos Açores - Secretaria Regional de Educação e Ciência.

Rocha, Gilberta; Tomás, Licínio e Lima, Jorge (2000). *Caracterização Social dos Agregados Familiares com Menores em Idade Escolar nos Açores*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores: Centro de Estudos Sociais.

Roldão, Maria do Céu (coord.) (2007). *Estudo Curricular da Medida PIEF - 2006-2007*. Lisboa: Ministério do Trabalho e Solidariedade, PETI.

Sarmento, Manuel Jacinto (2001). "A Infância e o Trabalho: A (Re)Construção Social dos "Ofícios da Criança"". In *Fórum Sociológico*, 3-4 (II^asérie): 33-47.

Sarmento, Manuel Jacinto (2005). "Trabalho Infantil em Portugal: Controvérsias e Realidades." In Cristina Vieira et al. (Eds), *Ensaio sobre o Comportamento Humano*. Coimbra. Almedina: 95-116.

Sarmiento, Manuel Jacinto (Coord.); Tomás, Catarina Almeida; Melro, Ana Luísa; Fernandes, Sónia Patrícia (2005), *Avaliação Externa do Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI) – Dinâmica Institucional e Acção Sócio-Educativa*. Braga. Universidade do Minho (policopiado)

Sarmiento, Manuel Jacinto, Joaquim Marques de Oliveira (2005). "A Escola é o Melhor do Povo..." – Relatório de Revisão Institucional do Projecto das Escolas Rurais. Porto. Profedições

Sarmiento, Manuel Jacinto; Bandeira, Alexandra e Dores, Raquel (2000c), *Trabalho Domiciliário Infantil. Um Estudo de Caso no Vale do Ave*, Lisboa: PEETI.

Sarmiento, Manuel Jacinto; Meira, Eduardo; Neiva, Olívia; Ramos, Altina; e Costa, Ana Margarida (1997). "A escola e o trabalho em tempos cruzados", in M. Pinto e M. J. Sarmiento (Coord.), *As Crianças: Contextos e Identidades*. (265-293). Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

Sarmiento, Manuel Jacinto; Silva, Raquel; Costa, Salette (2000a). Para além da escola: trabalho e educação em alunos do ensino básico. *Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educación*. Vol. 6(nº4): 399-415

Sarmiento, Manuel Jacinto; Silva, Raquel; Costa, Salette (2000b). As Penas do Galo de Barcelos: Infância, trabalho e lazer no Vale do Cávado. *Arquivos da Memória* (Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Universidade Nova de Lisboa), nº 6/7: 47-64

Sarmiento, Manuel Jacinto; Silva, Raquel; Costa, Salette (2001). Infância, Trabalho e Identidade Social. *Psicologia Clínica* (número temático: Psicologia e Cultura: Desafios Contemporâneos). PUC-Rio de Janeiro, 12.2: 47-63

Sarmiento, Manuel Jacinto; Silva, Raquel; Costa, Salette (2002). Les enfants à l'école et au travail. Étude de cas au Portugal. *Revue Internationale d'Éducation*. (Sèvres) nº 30: 151-163.

Silva, Augusto Santos (1994). *Tempos Cruzados: um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Porto. Afrontamento

Silva, Henrique Carlos Soares da (2000). *O Trabalho Infantil no Vale do Sousa: Análise Económica e Social*. Dissertação de Mestrado em Estudos Económico e Sociais, Braga: Escola de Economia e Gestão, UM.

Silva, Rui Pedro R. P. (2007). *Crianças de Meio Rural: As Mãos na Terra e os Olhos no Futuro*. Porto. Profedições.

Silva, Manuel Carlos (1998). *Resistir e adaptar-se : constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto. Afrontamento

Stoer, Stephen R. e Araújo, Helena Costa (1992), *Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da (Semi)Periferia Europeia*, Lisboa, Escher

Wall, Karin (1998). *Famílias no campo : passado e presente em duas Freguesias do Baixo Minho*. Lisboa. Com Quixote

Williams, Suzanne (1992). *Crianças Trabalhadoras em Portugal*. Lisboa. Anti-Slavery Internacional